



ORDEM DOS MÉDICOS

**Contas 2021**





## SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

### Introdução

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei e nos Estatutos da Ordem dos Médicos (EOM), Lei nº 117/2015 de 31 de agosto, que determina que anualmente seja apresentado o Relatório e Contas e que a OM elabora anualmente um relatório sobre a prossecução das suas atribuições (artigo 160º dos EOM), apresentam-se mapas de pormenor com a informação considerada mais relevante, com o objetivo de facilitar uma melhor compreensão e análise da situação económica e financeira da OM e da execução orçamental do ano de 2021.

A OM é constituída por cinco unidades orgânicas – Região do Sul, Região do Centro, Região do Norte, Fundo de Solidariedade e Conselho Nacional, todas elas dotadas de orçamentos e contas autónomas. As três primeiras têm inclusivamente as contas aprovadas por órgãos estatutários próprios, pelo que as contas da OM resultam da “consolidação” das contas destas unidades.

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. O ano 2021 ainda se manteve alguns meses em estado de emergência, e foram decretadas diversas políticas de contenção e de circulação bastante restritivas para controlo da epidemia. O ano 2022 iniciou com a guerra na Ucrânia cujos impactos ainda são difíceis de prevê, no entanto dada especificidade da atividade da Ordem, não se perspetivarem impactos que comprometam o normal funcionamento.

O impacto do surto covid-19 fez-se notar ao nível da dinâmica da sua atividade, inviabilizando muitas das atividades previstas e orçamentadas, o que conduziu a um resultado líquido muito superior ao previsto pelo segundo ano consecutivo.

O impacto foi transversal a praticamente todas as rubricas de gastos que ficaram bastante abaixo do orçamentado (20% ) mas ligeiramente acima da execução do ano anterior, o que indicia o retomar de algumas atividades.

### Balanço

O ano de 2021 contribuiu para o reforço dos fundos patrimoniais em 2.249.229.93 euros. O ativo total cresceu 4,3%, tendo passado de 56.453.755 euros para 58.851.158 euros. O passivo total cresceu moderadamente (6,3%), tendo passado de 2.342.569 euros para 2.490.742 euros, o que indicia também como já mencionado, um retomar da atividade.

	2021	variação 2021/2020	2020
Total do ativo	58.851.158	2.397.403	56.453.755
Total do passivo	2.490.742	148.173	2.342.569
Total dos fundos patrimoniais	56.360.415	2.249.230	54.111.185



## Rendimentos

Os rendimentos da OM, em 2021, ascenderam a 12.208.442 euros, conforme mapa abaixo:

Rubricas	Executado 2021	Variação 2021/2020	executado 2020	Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	Variação % orç/2021
Vendas	1.778	171	1.607	6.175	4.397	29%
Prestações de serviços	11.156.839	248.654	10.908.185	11.129.800	-27.039	100%
Subsídios		-1.218	1.218	9.000	9.000	-100%
Reversões	207.886	91.006	116.881	322.000	114.114	65%
Outros rendimentos	832.403	62.403	770.000	757.800	-74.603	110%
Juros	9.537	-624	10.161	10.200	663	93%
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>12.208.442</b>	<b>400.392</b>	<b>11.808.050</b>	<b>12.234.975</b>	<b>26.533</b>	<b>100%</b>

Constata-se que a execução orçamental na globalidade não apresentou desvio, tendo sido realizada a totalidade dos rendimentos orçamentados. Comparando com o ano de 2020, registou-se também um acréscimo de 400.392 euros, o que corresponde a 3.3%.

A rubrica “Reversões de perdas por imparidade” ficou aquém do orçamentado, o que se traduz por uma inferior recuperação de quotizações face ao estimado.

As rubricas “Prestações de serviços” e os “Outros rendimentos”, por serem as mais relevantes para o rendimento da Ordem do Médicos, sendo responsáveis por 91,3% do total, são detalhadas na tabela abaixo.

	2021	2020	Variação 2021/2020	Variação % 2021/2020
<b>Prestação de serviços</b>				
Quotizações	9.568.345	9.359.376	208.969	2,23%
Jóias	479.879	506.992	-27.113	-5,35%
Inscrições e propinas	512.524	441.598	70.926	16,06%
Promoções para captação de recursos		2.948	-2.948	-100,00%
Patrocínios	533.183	515.883	17.300	3,35%
Serviços secundários	62.909	81.388	-18.479	-22,70%
<b>Subtotal prestações de serviços</b>	<b>11.156.839</b>	<b>10.908.185</b>	<b>248.654</b>	<b>2,28%</b>
<b>Outros rendimentos</b>				
Alugueres de equipamento	38	425	-387	-91,07%
Rendas e alugueres	258.080	249.525	8.555	3,43%
Prediais	214.241	242.574	-28.333	-11,68%
Ativos fixos tangíveis		33.645	-33.645	-100,00%
Outros rendimentos	360.044	243.831	116.213	47,66%
<b>Total de outros rendimentos</b>	<b>832.403</b>	<b>770.000</b>	<b>62.403</b>	<b>8,10%</b>

O aumento verificado na rubrica “quotizações” fica a dever-se ao aumento do número de médicos inscritos e não á alteração do valor da quota. O aumento do numero de médico inscritos teve um impacto positivo na rubrica de inscrições e propinas que cresceu 16%.



Em outros rendimentos, está registada a valorização da participação da Sanoseguros no montante de 99.630 euros, a valorização das frações autónomas do Imóvel do CCC da Região Norte em 37.210 euros, donativos entre outros.

### Gastos

Os gastos da OM, em 2021, ascenderam a 9.952.573 euros, conforme mapa abaixo:

Rubricas	Executado 2021	Varição 2021/2020	executado 2020	Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	Varição % orç/2021
Fornecimentos e serviços externos	4.584.293	181.430	4.402.864	5.742.671	-1.158.378	-20%
Gastos com o pessoal	3.332.271	58.413	3.273.858	3.599.413	-267.142	-7%
Gastos de depreciação e amortizações	854.586	11.880	842.705	865.402	-10.816	-1%
Perdas por imparidade	569.189	8.601	560.588	557.000	12.189	2%
Outros gastos	612.234	-24.226	636.459	716.708	-104.475	-15%
<b>Total de Gastos</b>	<b>9.952.573</b>	<b>236.099</b>	<b>9.716.474</b>	<b>11.481.195</b>	<b>-1.528.622</b>	<b>-13%</b>

Constata-se que a execução orçamental apresentou um desvio negativo de 13%, ou seja, houve um gasto inferior em 1.528.622 euros. Comparativamente ao ano de 2020, registou-se um aumento de 236.099 euros o que corresponde a 2,4%.

Na principal rubrica de gastos - "Fornecimentos e serviços externos", verificou-se um decréscimo de 1.158.378 euros relativamente ao orçamentado, o que corresponde a 20%.

Na segunda rubrica de gastos - "Gastos com o pessoal", verificou-se um ligeiro desvio (7 % abaixo do orçamentado).

Na rubrica "Outros gastos" também registou um decréscimo relativamente ao orçamentado de 15%.

A rubrica "Perdas por imparidade" não ficou longe do orçamentado ficando apenas 2% acima. Este montante é apurado no final do ano analisando a posição dos devedores, nomeadamente das quotizações em dívida por parte dos associados, que se mantêm com níveis de incumprimento elevado apesar dos esforços de cobrança das Regiões.

O peso crescente das quotas pagas pelos associados, como principal fonte de receita da OM e o elevado montante em dívida, têm merecido a atenção e a reflexão dos órgãos de gestão. Para fazer face a este problema está previsto o início do processo de cobrança tributária, no entanto em 2021 ainda não foi possível concretizar. Simultaneamente a implementação do "regulamento de quotas, taxas e emolumentos", entrou em vigor no dia 1 de agosto de 2019, contributo para a melhoria da receita, como constatado no mapa da página anterior.



## Resultado

No balanceamento dos rendimentos e gastos foi apurado um resultado positivo de 2.254.440 euros, que irá ser aplicado da seguinte forma: 1.208.999,69 euros em “Fundos” e o remanescente em “Resultados Transitados”.

Rubricas	Executado 2021	Varição 2021/2020	executado 2020	Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	Varição % orç/2021
<b>Total de Rendimentos</b>	12.208.442	400.392	11.808.050	12.234.975	26.533	100%
<b>Total de Gastos</b>	9.954.002	236.398	9.717.604	11.483.670	-1.529.668	-13%
<b>Resultados antes de impostos</b>	2.254.440	163.994	2.090.446	751.305	1.556.200	300%
<b>Imposto estimado</b>				1.000	1.000	100%
<b>Resultado líquido</b>	2.254.440	163.994	2.090.446	750.305	1.555.200	300%



### Execução Orçamental 2021

Rubricas	Orçamento 2021	Variação orç/2021	Executado 2021	executado 2020
Vendas	6.175	29%	1.778	1.607
Prestações de serviços	11.129.800	100%	11.156.839	10.908.185
Subsídios	9.000	-100%		1.218
Reversões	322.000	65%	207.886	116.881
Outros rendimentos	757.800	110%	832.403	770.000
Juros	10.200	93%	9.537	10.161
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>12.234.975</b>	<b>100%</b>	<b>12.208.442</b>	<b>11.808.050</b>
<b>Custo da mercadoria vendidas e matérias consumidas</b>	<b>2.475</b>	<b>58%</b>	<b>1.429</b>	<b>1.130</b>
<b>Total de Gastos</b>	<b>11.483.670</b>	<b>87%</b>	<b>9.954.002</b>	<b>9.717.604</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>751.305</b>	<b>300%</b>	<b>2.254.440</b>	<b>2.090.446</b>
<b>Imposto estimado</b>	<b>1.000</b>	<b>100%</b>		
<b>Resultado líquido</b>	<b>750.305</b>	<b>300%</b>	<b>2.254.440</b>	<b>2.090.446</b>

Bastonário

Dr. Miguel Guimarães

Tesoureira

Dr.ª Susana Vargas



## **Demonstrações financeiras**





BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021					
Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020	2021 % s/ activo	2020 % s/ activo
<b>Activo</b>					
<b>Activo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	3.1; 5	22.441.387,66	22.656.909,12	38,1%	40,1%
Bens do património histórico e cultural	3.1; 6	427.888,90	425.038,90	0,7%	0,8%
Ativos fixos intangíveis	3.1; 7	129.233,43	143.743,54	0,2%	0,3%
Investimentos financeiros	8	283.392,03	179.324,14	0,5%	0,3%
<b>Subtotal</b>		<b>23.281.902,02</b>	<b>23.405.015,70</b>	<b>39,6%</b>	<b>41,5%</b>
<b>Activo corrente</b>					
Inventários	3.1; 9	83.013,31	84.271,16	0,1%	0,1%
Creditos a receber	12.1	84.633,47	112.686,81	0,1%	0,2%
Estado e outros entes públicos	15.1	12.456,82	50.885,31	0,0%	0,1%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	12.1; 12.2	4.702.523,79	5.910.784,79	8,0%	10,5%
Diferimentos	15.3	142.287,23	160.075,76	0,2%	0,3%
Outros activos correntes	12.1	627.831,03	823.165,77	1,1%	1,5%
Caixa e depósitos bancários	4	29.916.510,10	25.906.869,39	50,8%	45,9%
<b>Subtotal</b>		<b>35.569.255,75</b>	<b>33.048.738,99</b>	<b>60,4%</b>	<b>58,5%</b>
<b>Total do activo</b>		<b>58.851.157,77</b>	<b>56.453.754,69</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Fundos patrimoniais e passivo</b>					
<b>Fundos patrimoniais</b>					
Fundos	15.8	41.203.136,02	40.640.495,28	70,0%	72,0%
Resultados transitados	15.8	8.071.373,29	6.545.824,84	13,7%	11,6%
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	15.8	4.831.465,87	4.834.418,84	8,2%	8,6%
<b>Subtotal</b>		<b>54.105.975,18</b>	<b>52.020.738,96</b>	<b>91,9%</b>	<b>92,1%</b>
Resultado líquido do período	15.8	2.254.440,13	2.090.446,42	3,8%	3,7%
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>56.360.415,31</b>	<b>54.111.185,38</b>	<b>95,8%</b>	<b>95,9%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Outras dívidas a pagar	12.1	933.287,25	697.090,01	1,6%	1,2%
<b>Subtotal</b>		<b>933.287,25</b>	<b>697.090,01</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,2%</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Fornecedores	12.1	242.167,23	429.504,16	0,4%	0,8%
Estado e outros entes públicos	15.1	142.019,94	116.006,45	0,2%	0,2%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	12.1	66.317,92	43.571,06	0,1%	0,1%
Financiamentos Obtidos	15.2	3.907,19	4.436,31	0,0%	0,0%
Diferimentos	15.3	40.050,22	31.687,05	0,1%	0,1%
Outros passivos correntes	12.1	1.062.992,71	1.020.274,27	1,8%	1,8%
<b>Subtotal</b>		<b>1.557.455,21</b>	<b>1.645.479,30</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,9%</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.490.742,46</b>	<b>2.342.569,31</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,1%</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>58.851.157,77</b>	<b>56.453.754,69</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro

Dr.ª Susana Vargas



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2021			
Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	10	11.158.616,77	10.909.791,42
Subsídios doações e legados à exploração	10	0,00	1.217,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1.429,01	-1.129,66
Fornecimentos e serviços externos	15.4	-4.584.293,30	-4.402.863,78
Gastos com pessoal	13	-3.332.271,36	-3.273.858,04
Ajustamentos de inventários (perdas/ reversões)	9	3.350,08	2.142,16
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	-429.653,26	-510.849,49
Outros rendimentos	10	832.403,03	769.999,78
Outros gastos	15.5	-612.233,71	-636.459,37
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3.034.489,24</b>	<b>2.857.990,87</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	14	-789.585,74	-777.705,30
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.244.903,50</b>	<b>2.080.285,57</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10	9.536,63	10.160,85
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.254.440,13</b>	<b>2.090.446,42</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2.254.440,13</b>	<b>2.090.446,42</b>

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro

Dr.ª Susana Vargas



Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais de 2021 e 2020					
Descrição	Fundos	Resultados transitados	Outras variações no fundos	Resultado líquido do período	Total
Posição a 31 de dezembro de 2019 (ESNL)	40.158.787,79	5.747.955,28	4.832.271,81	1.325.357,94	52.064.372,82
Posição a 01 de Janeiro de 2020 (ESNL)	40.158.787,79	5.747.955,28	4.832.271,81	1.325.357,94	52.064.372,82
Resultado líquido do período de 2019	352.699,77	972.658,17		-1.325.357,94	
Subsídios doações legados					3.385,00
Outras variações	129.007,72	-174.788,61	2.147,03	2.090.446,42	2.046.812,56
Posição em 31 de Dezembro de 2020	40.640.495,28	6.545.824,84	4.834.418,84	2.090.446,42	54.111.185,38
Posição a 01 de Janeiro de 2020(ESNL)	40.640.495,28	6.545.824,84	4.834.418,84	2.090.446,42	54.111.185,38
Resultado líquido do período de 2020	450.240,97	1.640.205,45		-2.090.446,42	
Outras variações	112.399,77	-114.657,00	-2.952,97	2.254.440,13	2.249.229,93
Posição em 31 de Dezembro de 2021	41.203.136,02	8.071.373,29	4.831.465,87	2.254.440,13	56.360.415,31

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário


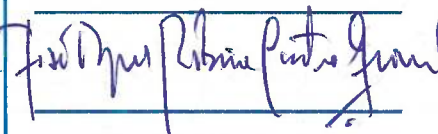
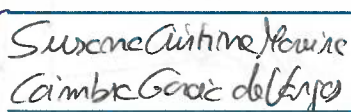
Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro

Dr.ª Susana Vargas



Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2021			
Rubricas	Notas	2021	2020
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de associados e clientes		12.914.950,67	9.202.750,23
Pagamentos de subsídios	4	-122.858,21	-116.651,59
Pagamento a associados e fornecedores		-4.788.699,41	-5.988.439,04
Pagamentos ao pessoal		-2.086.138,45	-2.105.614,33
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>5.917.254,60</b>	<b>992.045,27</b>
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		48.813,13	-58.305,68
Outros recebimentos / pagamentos		-1.515.940,55	-591.435,94
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>		<b>4.450.127,18</b>	<b>342.303,65</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Investimento</b>			
<b>Pagamentos de :</b>			
Activos fixos tangíveis		-529.265,35	-189.787,78
Activos fixos Intangíveis		-12.812,37	-6.789,60
Investimentos financeiros		-623,28	-210,02
<b>Recebimentos de :</b>			
Activos fixos tangíveis		94.801,03	79.153,85
Investimentos Financeiros			86.710,00
Juros e rendimentos similares		7.413,50	11.972,44
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Investimento (2)</b>		<b>-440.486,47</b>	<b>-18.951,11</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Financiamento (3)</b>			
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>4.009.640,71</b>	<b>323.352,54</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>25.906.869,39</b>	<b>25.583.516,85</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>29.916.510,10</b>	<b>25.906.869,39</b>

CC 18559	Bastonário	Tesoureiro
		
Dr.ª Isabel Proença Adão	Dr. Miguel Guimarães	Dr.ª Susana Vargas



## ANEXO

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – **Designação da Entidade:** Ordem dos Médicos

1.2 – **NIPC:** 500984492

1.3 – **Sede:** Av. Almirante Gago Coutinho, nº 151 em Lisboa

1.4 – **Natureza da atividade:** A Ordem dos Médicos é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa, criada pelo Decreto-Lei nº 29171 de 24 de novembro de 1938, a quem compete representar mediante inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos Médicos e superintender os aspetos relacionados com o exercício da profissão.

Em 2015 o Estatuto da Ordem dos Médicos foi alterado, por força da Lei 117/2015, de 31 de agosto, alinhado com a Lei nº2/2013, de 10 de janeiro.

1.5 – **A Estrutura Funcional da Entidade:** A Ordem dispõe de órgãos próprios e a sua organização interna está sujeita ao princípio da separação de poderes, conforme art.º 10.º da Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto.

A Ordem tem âmbito nacional e sede em Lisboa e está estruturada nas regiões do Norte, do Centro e do Sul, as quais têm sede, respetivamente, no Porto, em Coimbra e em Lisboa, conforme ponto 1 do art.º 2.º da Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto.

1.6 – **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

### 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo decreto-lei nº36-A/2011 de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho NCRF\_ESNL
- Portaria 220/2015 de 24 de julho – modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria nº 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas
- Decreto-lei nº 98/2015, 2 de junho;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeira;
- Portaria 106/2011, 14 de março – Código de Contas;
- Aviso nº 6726-B/2011-14 de março – NCRF-ESNL;
- Portaria nº 986/2009, 07 de setembro,
- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho- SNC



**2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3 – Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior.**

As demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os montantes de 2020.

### **3. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

#### **3.1 – Bases de apresentação usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras:

##### **a) Continuidade**

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins;

##### **b) Regime do acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente, divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas «Devedores e credores por acréscimos» e «Diferimentos»;

##### **c) Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes;

##### **d) Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem



as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo;

#### e) Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados;

#### f) Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Ordem, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- A razão para a reclassificação.

### 3.2 – Políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem dos Médicos de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

#### 3.2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

##### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, exceto imóveis que se encontram valorizados ao custo considerado, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, segundo o método das quotas constantes.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 25 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 10 anos

ORDEM DOS MÉDICOS  
Contas 2021



As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registados como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas na rubrica "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento, de acordo com o pretendido pelo Conselho Diretivo.

**b) Bens do património histórico e cultural**

Bens do Património Histórico e Cultural, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os bens na localização e condições necessárias para operarem na forma pretendida. No caso de bens doados, os registos têm por base os valores presentes nas declarações dos doadores.

Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis, sendo apresentados nas demonstrações financeiras pelo respetivo valor líquido de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Não há situações de perdas de imparidade de bens do património histórico e cultural.

**c) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações. As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos. O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

**d) Imparidades de ativos**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

**e) Outros ativos financeiros**

Os outros ativos financeiros são valorizados ao preço de custo.

**f) Inventários**

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição deduzidas de eventuais perdas por imparidade. Utiliza-se o custo médio como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

**g) Rédito**





O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

#### **h) Imposto sobre o rendimento**

A Ordem dos Médicos está abrangida pela isenção de Imposto sobre as Pessoas Coletivas ao abrigo do nº1 do Artº10 do CIRC, a determinação da matéria Coletável é efetuada somente sobre os rendimentos referidos no nº3 do mesmo artigo.

O cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, foi apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos (rendas, juros bancários).

#### **i) Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.**

A entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a originar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras.

#### **j) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### **j1) Associados e membros, créditos a receber e outros ativos correntes**

Estão mensuradas ao custo deduzidas de qualquer perda de imparidade, por forma a refletirem o seu valor realizável líquido.

Estas dívidas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial;



**j2) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo. As dívidas a fornecedores e a outras entidades são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial;

**j3) Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos";

**j4) Caixas e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos realizáveis;

**j5) Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo de empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Ordem dos Médicos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

**3.2.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas.**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e assumidos diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

**3.2.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Médicos.

**3.2.4 - IMPACTOS DA PANDEMIA COVID 19**

Os anos de 2020 e 2021 foram anos particularmente atípicos, pelo aparecimento da infeção pelo vírus SARS-COV-2 e que teve impactos em todos os setores da economia.

A Ordem dos Médicos não foi exceção, e apesar da especificidade da sua atividade, embora os impactos não tenham comprometido o normal funcionamento, teve efeito ao nível da dinâmica da sua atividade, inviabilizando muitas das atividades previstas e orçamentadas, o que conduziu a resultados líquidos muito superiores aos previstos, na medida em que o impacto foi transversal a praticamente todas as rubricas de rendimentos e de gastos.



Adicionalmente, e não obstante ter havido um aumento na emissão de quotas, relativamente às do 2º semestre houve uma deliberação do Conselho Regional do Norte em 8 de Abril de 2020 que aprovou o deferimento na cobrança das mesmas apenas para o início de 2021, como forma de auxiliar os médicos nesta fase crítica da pandemia. Esta medida não teve consequências ao nível da execução orçamental, mas implicou uma diminuição temporária das disponibilidades (Caixa e Depósitos Bancários) dessa Seção Regional.

### 3.2.5 – Eventos subsequentes

O ano 2022 iniciou com a guerra na Ucrânia com impacto severo na economia mundial, a escalada dos preços da energia e dos alimentos já se faz sentir no primeiro trimestre de 2022.

O mundo e Portugal tem que se adaptar aos novos desafios impostos pela situação na Ucrânia quando ainda está a recuperar da pandemia do COVID-19 iniciada em 2020 que se estendeu por 2021.

Apesar destes dois acontecimentos, dada a especificidade da atividade da Ordem dos Médicos, não se perspetivam, impactos significativos nos resultados e conseqüentemente nas respetivas demonstrações financeiras.

## 4 - FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, esta demonstração mostra as principais componentes de recebimentos e pagamentos brutos, a partir dos registos contabilísticos.

Abaixo é apresentada a desagregação nos montantes inscritos em caixa e depósitos bancário.

Descrição	2021	2020
<b>Ativo corrente</b>		
Caixa	10.307,92	11.872,52
Depósitos à ordem	18.903.970,13	9.694.874,19
Outros depósitos bancários	11.002.232,05	16.200.122,68
<b>Total caixa e depósitos bancários</b>	<b>29.916.510,10</b>	<b>25.906.869,39</b>

## 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram efetuadas, pelo método das quotas constantes.

ORDEM DOS MÉDICOS  
Contas 2021



A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2020	Adições	Abates/transfere ncias	2021
Terrenos e recursos naturais	4.464.349,72			4.464.349,72
Edifícios e outras construções	29.886.079,26	356.968,32	-28.996,36	30.214.051,22
Equipamento básico	1.341.795,54	85.738,75	-22.181,01	1.405.353,28
Equipamento de transporte	30.000,00			30.000,00
Equipamento administrativo	4.542.991,73	53.709,49	-200.261,34	4.396.439,88
Outros ativos fixos tangíveis	812.825,54	8.330,58	-31.467,18	789.688,94
Investimentos em curso	14.650,78		-14.650,78	
<b>Total ativos fixos tangíveis</b>	<b>41.092.692,57</b>	<b>504.747,14</b>	<b>-297.556,67</b>	<b>41.299.883,04</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>18.305.783,45</b>	<b>770.617,82</b>	<b>282.905,89</b>	<b>18.793.495,38</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>130.000,00</b>		<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>
<b>Ativo fixo tangível líquido</b>	<b>22.656.909,12</b>	<b>-265.870,68</b>	<b>50.349,22</b>	<b>22.441.387,66</b>

	2019	Adições	Abates/transfere ncias	2020
Terrenos e recursos naturais	4.464.349,72			4.464.349,72
Edifícios e outras construções	29.863.127,62	22.951,64		29.886.079,26
Equipamento básico	1.333.170,55	8.624,99		1.341.795,54
Equipamento de transporte	30.000,00			30.000,00
Equipamento administrativo	4.418.539,73	126.918,15	-2.466,15	4.542.991,73
Outros ativos fixos tangíveis	796.626,46	16.199,08		812.825,54
Investimentos em curso		14.650,78		14.650,78
<b>Total ativos fixos tangíveis</b>	<b>40.905.814,08</b>	<b>189.344,64</b>	<b>-2.466,15</b>	<b>41.092.692,57</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>17.544.129,78</b>	<b>762.934,86</b>	<b>1.281,19</b>	<b>18.305.783,45</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>195.000,00</b>		<b>65.000,00</b>	<b>130.000,00</b>
<b>Ativo fixo tangível líquido</b>	<b>23.166.684,30</b>	<b>-573.590,22</b>	<b>63.815,04</b>	<b>22.656.909,12</b>

A Região Norte em 2021 efetuou uma inventariação física de ativos, com o objetivo de abertura das respetivas fichas de ativos no ERP Primavera. Na sequência dessa inventariação foram identificados inúmeros bens obsoletos no montante de 280.364,60 euros totalmente depreciados e foi realizado o respetivo abate.

Ainda na Região Norte e tal como previsto, foram realizadas obras de restauro do edifício sede (telhado, restaurante, bar e sala de conferências) e foi adquirido algum equipamento e mobiliário para substituição do existente.



No período de 2021 e 2020 destaca-se o registo de reversões de perdas de imparidade, no montante de 65.000 euros, relativamente ao imóvel da Casa do Médico de São Rafael afeto à Região Sul. O justo valor do imóvel teve por base a avaliação efetuada por peritos independentes em 2014. À semelhança dos anos anteriores em 2021 optou-se manter o valor do imóvel, pelo que as perdas de imparidade foram anuladas por montante igual às depreciações.

## 6 – BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

As quantias escrituradas no início e fim do período desenvolvidas, não apresentam variação conforme mostrado abaixo:

	2020	Adições	Abates	2021
Bens do património histórico e cultural	425.038,90	2.850,00		427.888,90
<b>Total</b>	<b>425.038,90</b>	<b>2.850,00</b>		<b>427.888,90</b>

	2019	Adições	Abates	2020
Bens do património Histórico e Cultural	412.687,50	12.351,40		425.038,90
<b>Total</b>	<b>412.687,50</b>	<b>12.351,40</b>		<b>425.038,90</b>

Refere-se essencialmente a obras de arte, as quais não se depreciam.

## 7 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

	2020	Aumentos	abates/tanf.	2021
Programas de computador	402.635,77	10.328,31	-17.981,80	394.982,28
Propriedade industrial	874,13			874,13
Outros ativos intangíveis	15.621,00	17.269,20		32.890,20
Investimentos em curso	0,00	27.209,52	14.650,78	41.860,30
<b>Ativo intangível bruto</b>	<b>419.130,90</b>	<b>54.807,03</b>	<b>14.650,78</b>	<b>470.606,91</b>
Amortizações acumuladas	275.387,36	83.967,92	-17.981,80	341.373,48
<b>Ativo intangível líquido</b>	<b>143.743,54</b>	<b>-29.160,89</b>	<b>-3.331,02</b>	<b>129.233,43</b>

	2019	Aumentos	abates/tanf.	2020
Programas de computador	209.478,81	193.156,96		402.635,77
Propriedade industrial	874,13			874,13
Outros ativos intangíveis	15.621,00	0,00		15.621,00
Investimentos em curso	180.389,01	0,00	-180.389,01	0,00
<b>Ativo intangível bruto</b>	<b>406.362,95</b>	<b>193.156,96</b>	<b>-180.389,01</b>	<b>419.130,90</b>
Amortizações acumuladas	195.616,92	79.770,44		275.387,36
<b>Ativo intangível líquido</b>	<b>210.746,03</b>	<b>113.386,52</b>	<b>-180.389,01</b>	<b>143.743,54</b>



Estão em curso ativos intangíveis relacionados com o sistema de gestão documental, e com o sistema eletrónico de gestão de perguntas, criação de exames e produção de resultados estatísticos para o gabinete de Prova Nacional de Acesso.

## 8 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

	2020	Aumentos	Distribuição de resultados/reembolsos	Ganhos/perdas pelo resultado líquido da participada	2021
<b>Método da equivalência patrimonial</b>					
Sano-Seguros - Sociedade Mediadora de Seguros, Lda.	169.087,61			99.630,94	268.718,55
<b>TOTAL</b>	<b>169.087,61</b>			<b>99.630,94</b>	<b>268.718,55</b>
Fundos de compensação	10.236,53	4.624,86	187,91		14.673,48
<b>TOTAL</b>	<b>10.236,53</b>	<b>4.624,86</b>	<b>187,91</b>		<b>14.673,48</b>
<b>TOTAL</b>	<b>179.324,14</b>	<b>4.624,86</b>	<b>187,91</b>	<b>99.630,94</b>	<b>283.392,03</b>

A participação de 66,7% da Sano-Seguros encontra-se disponível para venda, esperando-se a concretização da venda em 2022.

## 9 – INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

	2021			2020		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida
<b>Mercadorias</b>						
C.N.E	50.482,17	43.648,07	6.834,10	50.694,74	43.423,07	7.271,67
Fundo de Solidariedade	637,07	637,07	0,00	637,07		637,07
S.R. Norte	68.900,52	9.557,50	59.343,02	69.088,73	9.562,50	59.526,23
S.R Centro	40.922,87	24.086,68	16.836,19	43.931,19	27.095,00	16.836,19
S.R.Sul	45.792,85	45.792,85	0,00	46.991,68	46.991,68	0,00
<b>Total mercadorias</b>	<b>206.735,48</b>	<b>123.722,17</b>	<b>83.013,31</b>	<b>211.343,41</b>	<b>127.072,25</b>	<b>84.271,16</b>

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade dos inventários foi como se segue:

	2021	2020
<b>Mercadorias</b>		
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	127.072,25	128.964,41
Perdas por imparidade do período	862,07	250,00
Reversões de perdas por imparidade do período	-4.212,15	-2.142,16
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>123.722,17</b>	<b>127.072,25</b>
<b>Perdas/reversões por imparidade</b>	<b>-3.350,08</b>	<b>-2.142,16</b>



A quantia de inventários reconhecida como gastos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se conforme segue:

	2021	2020
<b>Mercadorias</b>		
Saldo inicial	211.343,41	212.181,79
Compras	347,00	173,50
Regularizações	-3.525,92	117,78
Saldo final	206.735,48	211.343,41
<b>Gasto do período - mercadorias</b>	<b>1.429,01</b>	<b>1.129,66</b>

## 10 – RÉDITOS

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o redito proveniente de:

	2021	2020
<b>Vendas</b>		
Vendas tabelas hemoderivados	326,18	208,20
Outros artigos	97,20	29,28
Livros	1.354,20	1.369,12
<b>Subtotal vendas</b>	<b>1.777,58</b>	<b>1.606,60</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
Quotizações	9.568.344,83	9.359.375,66
Jóias	479.879,00	506.992,00
Inscrições e propinas	512.523,60	441.597,91
Promoções para captação de recursos		2.948,42
Patrocínios	533.182,94	515.883,14
Serviços secundários	62.908,82	81.387,69
<b>Subtotal prestações de serviços</b>	<b>11.156.839,19</b>	<b>10.908.184,82</b>
<b>Total de vendas e prestações de serviços</b>	<b>11.158.616,77</b>	<b>10.909.791,42</b>
<b>Subsídios e doações</b>		<b>1.217,75</b>
<b>Outros rendimentos</b>		
Alugueres de equipamento	38,00	425,34
Rendas e alugueres	258.079,83	249.524,50
Prediais	214.240,84	242.573,67
Ativos fixos tangíveis		33.645,19
Outros rendimentos	360.044,36	243.831,08
<b>Total de outros rendimentos</b>	<b>832.403,03</b>	<b>769.999,78</b>
<b>Juros</b>		
Juros de depósitos	9.536,63	10.160,85
<b>Total juros</b>	<b>9.536,63</b>	<b>10.160,85</b>
<b>Total do rédito</b>	<b>12.000.556,43</b>	<b>11.691.169,80</b>



O aumento verificado na rubrica “quotizações” fica a dever-se ao aumento do número de médicos inscritos e não á alteração do valor da quota. O aumento do numero de médico inscritos tem impacto também na rubrica de inscrições e propinas que também cresceram.

Na rubrica de “rendas e alugueres” estão registados os rendimento associados com alugueres de salas, restaurante e Casa de São Rafael.

A rubrica “Prediais” refere-se aos rendimentos das frações dos três edifícios do Fundo de Solidariedade. No ano de 2021 vagaram algumas frações e foram realizadas obras para poderem ser recolocadas no mercado de arrendamento. durante esse período não geraram rendimento, o que explica o seu decréscimo de 2,67% relativamente ao ano transato.

Na sub-rubrica “outros rendimentos”, estão registadas a regularização de Bolsas de anos anteriores não atribuídas, recuperação de gastos, redébitos da gestão de com o congresso, subsídios donativos, etc.

## 11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O resultado fiscal da Ordem para 2021 à semelhança dos anos anteriores foi negativo.

## 12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

### 12.1 – Membros, créditos a receber, fornecedores, créditos a receber e outros ativos e passivos correntes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2021			2020		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade	Total
<b>Ativos correntes</b>						
Membros	9.246.667,22	4.544.143,43	4.702.523,79	10.024.493,91	4.113.709,12	5.910.784,79
Créditos a receber	92.814,90	8.181,43	84.633,47	123.014,35	10.327,54	112.686,81
Outros ativos correntes	627.980,03	149,00	627.831,03	823.314,77	149,00	823.165,77
<b>Total ativo corrente</b>	<b>9.967.462,15</b>	<b>4.552.473,86</b>	<b>5.414.988,29</b>	<b>10.970.823,03</b>	<b>4.124.185,66</b>	<b>6.846.637,37</b>
<b>Total do ativo corrente e não corrente</b>	<b>9.967.462,15</b>	<b>4.552.473,86</b>	<b>5.414.988,29</b>	<b>10.970.823,03</b>	<b>4.124.185,66</b>	<b>6.846.637,37</b>
<b>Passivo não corrente</b>						
Membros			933.287,25			697.090,01
<b>Total do passivo não corrente</b>						
Fornecedores			242.167,23			429.504,16
Membros			66.317,92			43.571,06
Outros passivos correntes			1.062.992,71			1.020.274,27
<b>Total passivo corrente</b>	<b>1.371.477,86</b>		<b>1.371.477,86</b>	<b>1.493.349,49</b>		<b>1.493.349,49</b>
<b>Total passivo corrente e não corrente</b>	<b>2.304.765,11</b>		<b>2.304.765,11</b>	<b>2.190.439,50</b>		<b>2.190.439,50</b>





A rubrica "outros ativos correntes" inclui o montante de 576.848.74 euros referentes ao Fundo Mutualista do Montepio Geral do Fundo de Solidariedade.

O montante apresentado no passivo não corrente "Membros" diz respeito às habitações vitalícias afetas à Região Norte.

No passivo na rubrica "outros passivos correntes" estão considerados os acréscimos de gastos. A estimativa para férias e subsídio de férias a liquidar em 2022, e as bolsas a atribuir pela Ordem relativas ao concurso lançado em 2020 e 2021 são as componentes com maior peso desta rubrica.

## 12.2 – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

### Membros e associados:

O cálculo das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida no cumprimento da característica qualitativa da prudência e do pressuposto da consistência com os anos anteriores.

Os saldos são apresentados no Balanço como mostrado abaixo:

	2021			2020		
	Dívidas de associados	Perdas por imparidade	Total	Dívidas de associados	Perdas por imparidade	Total
Até 2 anos	4.702.523,79		4.702.523,79	5.910.784,79		5.910.784,79
> 2 anos	4.544.143,43	4.544.143,43		4.113.709,12	4.113.709,12	
	9.246.667,22	4.544.143,43	4.702.523,79	10.024.493,91	4.113.709,12	5.910.784,79

As reversões e perdas por imparidade de dívidas a receber e membros reconhecidas em 2021 apresentam a seguinte composição:

	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas de imparidade	Total
Dívidas a receber		-781,05	-781,05
Membros	568.326,85	-137.892,54	430.434,31
	568.326,85	-138.673,59	429.653,26

Apesar dos esforços de cobrança continuam as ser muitos os membros que não liquidam as quotas devidas.

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade de dívidas a receber foi como se segue:

	2021	2020
<b>Membros</b>		
Saldo Inicial	4.113.708,78	3.603.640,34
Perdas por imparidade no período	568.326,85	559.806,79
Reversões	-137.892,54	-49.738,35
<b>Saldo Final</b>	<b>4.544.143,09</b>	<b>4.113.708,78</b>
<b>Outros passivos correntes</b>		
Saldo Inicial	11.520,73	10.739,68
Perdas por imparidade no período	0,00	781,05
Reversões	-781,05	0,00
<b>Saldo Final</b>	<b>10.739,68</b>	<b>11.520,73</b>
<b>Total Gasto do período</b>	<b>429.653,26</b>	<b>510.849,49</b>



### 13 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	119.641,80	85.992,60
Remunerações do pessoal	2.578.648,84	2.557.051,01
Benefícios pós Emprego	15.948,00	15.948,00
Encargos sobre remunerações	552.410,88	548.336,35
Seguros de acidentes de trabalho	17.423,76	17.957,56
Outros gastos com o pessoal	48.198,08	48.572,52
<b>Total</b>	<b>3.332.271,36</b>	<b>3.273.858,04</b>

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” inclui gastos com medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e indemnizações.

A Ordem não tem quaisquer compromissos relacionados com pensões de reforma.

### 14 – GASTOS DE AMORTIZAÇÕES E DEPRECIações E REVERSÕES

Abaixo é apresentado o detalhe das depreciações, amortizações e reversões do exercício.

	2021	2020
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	642.800,62	634.000,79
Equipamento básico	16.012,35	10.217,16
Equipamento administrativo	86.899,59	99.392,60
Outros ativos fixos tangíveis	24.905,26	19.324,31
<b>Total de depreciações</b>	<b>770.617,82</b>	<b>762.934,86</b>
<b>Ativos intangíveis</b>		
Programas de computador	83.967,92	79.770,44
<b>Total de amortizações</b>	<b>83.967,92</b>	<b>79.770,44</b>
<b>Reversões de perdas de imparidade de AFT</b>		
Edifícios e outras construções	-65.000,00	-65.000,00
<b>Reversões</b>	<b>-65.000,00</b>	<b>-65.000,00</b>
<b>Total de reversões amortizações e depreciações</b>	<b>789.585,74</b>	<b>777.705,30</b>



## 15 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### 15.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
<b>Ativos</b>		
Imposto sobre o rendimento		38.813,64
Retenções na fonte - prediais	8.867,92	11.399,89
Imposto sobre o valor acrescentado	3.588,90	671,78
<b>Total</b>	<b>12.456,82</b>	<b>50.885,31</b>
<b>Passivos</b>		
Retenção de impostos sobre rendimento	41.153,59	42.910,64
Imposto sobre o valor acrescentado	39.579,81	9.920,00
Contribuições para a segurança social	60.808,47	62.720,01
Outros impostos	478,07	455,80
<b>Total</b>	<b>142.019,94</b>	<b>116.006,45</b>
<b>Total líquido</b>	<b>-129.563,12</b>	<b>-65.121,14</b>

A entidade não tem contribuições nem impostos em mora, pelo que os montantes inscritos no passivo dizem respeito a contribuições e impostos que se vencem em 2022, e que á data da prestação de contas já se encontram liquidados.

### 15.2 – Financiamentos obtidos

O montante de 3.907,19 euros registado nesta rubrica, diz respeito ao saldo do cartão de crédito que é liquidado no mês seguinte. Este cartão é utilizado para pagamento de pequenas despesas correntes on-line.

### 15.3 – Diferimentos

No ativo esta rubrica inclui diversas naturezas de gastos a reconhecer, sendo os mais relevantes; seguros, comunicações, licenças informáticas, economato e limpeza e artigos para ofertas (medalhas, emblemas entre outros).

No passivo na rubrica “diferimentos” estão incluídos os rendimentos a reconhecer provenientes de rendas.



**15.4 – Fornecimentos e serviços externos**

A quantia de fornecimento e serviços externos reconhecida como gasto do período detalha-se como se segue:

	2021	2020
Trabalhos especializados	1.595.693,82	1.600.108,95
Publicidade e propaganda	27.533,38	23.689,22
Vigilância e segurança	317.851,60	313.868,36
Honorários	432.026,99	370.597,94
Comissões	6.467,50	1.562,00
Conservação e reparação	268.302,88	222.917,23
Serviços bancários	52.271,42	39.203,82
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	25.284,39	26.403,88
Livros e documentação técnica	1.806,50	3.225,57
Material de escritório	69.306,95	65.050,00
Outros materiais	874,43	10.113,60
Artigos para oferta	14.450,89	15.294,15
Electricidade	125.925,37	115.752,96
Combustíveis	15.545,82	11.714,17
Água	44.986,53	39.760,77
Gás	23.334,63	31.559,68
Deslocações e estadas	205.125,94	192.140,65
Transportes de pessoal	1.466,11	1.067,62
Transportes de mercadorias	32,15	1.045,50
Rendas e alugares	100.381,54	82.929,16
Comunicação	419.388,81	341.296,94
Seguros	342.095,34	338.351,27
Royalties	17.986,66	27.601,29
Contencioso e notariado	17.821,50	11.769,11
Despesas de representação	1.085,00	930,00
Limpeza higiene e conforto	187.689,67	183.521,73
Diversos	269.557,48	331.388,21
<b>Total</b>	<b>4.584.293,30</b>	<b>4.402.863,78</b>

A rubrica de royalties diz respeito aos direitos pagos ao National Board of Medical Examiners (NBME) inerentes à prova nacional de acesso.

A contração de gastos ocorrida em 2020 e 2021, nesta rubrica está diretamente relacionada com a Pandemia Covid-19 que teve como consequência direta o cancelamento de grande parte das atividades programadas.

Apesar de algumas rubricas estarem acima do realizado em 2020, todas elas estão abaixo do orçamentado, esse, esperava-se um incremento muito superior em 2021.



### 15.5 – Outros gastos

A quantia de outros gastos, reconhecida como gasto em 2021 e 2020, detalha-se como se segue:

	2021	2020
Impostos	56.070,59	45.359,84
Subsídios de assistência	131.726,76	125.235,88
Quotizações	56.715,69	47.947,68
Outros	367.720,67	417.915,97
<b>Total</b>	<b>612.233,71</b>	<b>636.459,37</b>

Em 2021 e em 2020 estão incluídos na rubrica de “outros”, 210.000 euros de Bolsas, referentes ao concurso da Ordem lançado em 2020 e 2021. Estas bolsas são geridas pelo Conselho Nacional.

Os montantes inscritos em 2020 e 2021 na rubrica “subsídios de assistência” referem-se á assistência que o fundo de solidariedade presta aos beneficiários.

### 15.6 – Garantias e avales

Existe uma garantia bancária emitida pelo BCP no montante de 15.568 euros, prestada ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS IP), para suspender a ação de execução instaurado pelo ISS IP., relativa a divergências de montantes declarados e pagos, nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Esta situação foi analisada em 2012 e foram efetuadas as necessárias retificações e pagamentos, pelo que desde essa data que a Ordem aguarda que o ISS IP dê o processo por encerrado, para se poder efetuar o levantamento da garantia bancária.

### 15.7 – Passivos contingentes

No ano de 2021 a entidade tinha pendentes alguns processos contra si, uns com pedidos indemnizatórios e outros sem pedidos indemnizatórios. Do total dos processos com pedidos indemnizatórios não se espera que venham a resultar em obrigações futuras significativas passíveis de constituição de provisões.

A Ordem dispõe de um seguro que cobre riscos de ações que lhe possam ser desfavoráveis.



### 15.8 – Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2010 a rubrica “fundos patrimoniais” apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Fundos	41.203.136,02	40.640.495,28
Resultados transitados	8.071.373,29	6.545.824,84
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.831.465,87	4.834.418,84
Resultado líquido do período	2.254.440,13	2.090.446,42
<b>Total</b>	<b>56.360.415,31</b>	<b>54.111.185,38</b>

Conforme decidido em Assembleia Geral, 562.640,74 euros foram transferidos para reforço dos Fundos, o remanescente foi transferido para resultados transitados

A Variação de 2.952,97 euros em “outras variações nos fundos patrimoniais” dizem respeito à anulação de depreciações no montante de 2.952,97 euros relativo ao subsídio da Câmara Municipal da Guarda à Região Centro.

Propomos que o Resultado líquido do exercício, no montante de 2.254.440,13 euros, seja aplicado da seguinte forma: 1.208.999,69 euros para os “Fundos” e que o remanescente seja transferido para “Resultados transitados”.

### 15.9 – Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais do Revisor Oficial de Contas, no exercício de 2021, foram de 11.760 euros, relativamente à auditoria e revisão legal de contas.

Lisboa, 8 de abril de 2022

CC 18559	Bastonário	Tesoureiro
Dr.ª Isabel Proença Adão	Dr. Miguel Guimarães	Dr.ª Susana Vargas

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ORDEM DOS MÉDICOS** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 58 851 157,77 euros e um total de fundos patrimoniais de 56 360 415,31 euros, incluindo um resultado líquido de 2 254 440,13 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ORDEM DOS MÉDICOS** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada



com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório relativo à situação económico-financeira**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório relativo à situação económica, financeira e Orçamental foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto 10 de abril de 2022



MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA, representada por:

Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira, ROC nº 667

Registada na CMVM com o nº 20160309